

SOCIUS Working Papers

**“Fim dos tempos” ou “juventude do mundo”?
Ensaio de recuperação de Malthus e dos seus
críticos oitocentistas para as recentes discussões
relativas ao “declínio demográfico”**

João Carlos Graça

Nº 05/2009

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
R. Miguel Lupi, 20 1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseq.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/index.htm>**

“Fim dos tempos” ou “juventude do mundo”? Ensaio de recuperação de Malthus e dos seus críticos oitocentistas para as recentes discussões relativas ao “declínio demográfico”*

João Carlos Graça
SOCIUS, ISEG-UTL
jgraca@iseg.utl.pt

RESUMO

O actual contexto de discussão das relações entre o “declínio demográfico”, a chamada globalização e as políticas de *downsizing* da intervenção estatal na economia permite estabelecer um certo número de paralelos e de oposições com o que foi o quadro da recepção das ideias de Malthus na Europa de oitocentos. Eis algumas das questões defrontadas: vivemos uma época de “fim dos tempos” ou a história da humanidade caracteriza-se por um progresso potencialmente indefinido? Se Malthus acertou no diagnóstico dos problemas demográficos fundamentais, como articular isso com realidades como o aumento generalizado da esperança média de vida e a cessação do crescimento demográfico? E que implicações ou restrições resultam para as políticas públicas?

PALAVRAS-CHAVE

Excesso populacional, declínio demográfico, níveis salariais, despesas públicas

* Comunicação apresentada no III Congresso da Associação Portuguesa de Demografia, Lisboa, Setembro/Outubro de 2008.

1. No actual contexto de debates (económicos, políticos, demográficos, sociológicos) tem vindo a tornar-se mais ou menos consensual, ou pelo menos hegemónica, a ideia da existência duma relação de causalidade directa e necessária entre o conjunto de mudanças demográficas em curso, particularmente o envelhecimento da população e a cessação do crescimento da mesma, e um *trend* de redução generalizada dos direitos sociais e do nível médio dos salários, ou pelo menos do peso relativo dos mesmos no rendimento nacional.

Quanto a este grupo de noções hoje em dia tendencialmente *mainstream* — quer no plano académico, quer muito mais ainda em termos jornalísticos — é decerto conveniente lembrar algumas das que foram as ideias-chave da argumentação exposta já em 1798 por Thomas Robert Malthus no seu célebre *Ensaio sobre a População*, bem como alguns dos temas fortes dos autores que procuraram refutá-lo ao longo do século e pouco subsequente, e ainda registar algumas viragens que ao longo dessas décadas sofreram os alinhamentos das opiniões e valorações, bem como a formação de sucessivas “coligações argumentativas” (permita-se-me a expressão) a que aqueles deram origem.

Para Malthus (1980), recordemo-lo, tratava-se de postular a existência duma relação incontornável entre um “facto da vida”, a universal escassez de víveres, e a tendência das populações humanas para um crescimento potencialmente geométrico. O assunto central, para o pastor britânico, era a afirmação da inevitabilidade (“física” ou “biológica”) do pauperismo da maioria da população, dadas certas restrições ambientais iniludíveis, e dada enfim a condição de menoridade intelectual, política e moral da tal maioria da população. Os pobres, para Malthus, eram-no assim, e antes de mais, por serem pobres de espírito, constituindo os *positive checks* a única forma de as leis naturais universais poderem fazer valer o seu império e impor o equilíbrio em ameaça permanente de ruptura dado o predomínio generalizado das paixões, e em particular da concupiscência, sobre a conduta do vulgo. Mortandades, guerras, epidemias, etc. não constituíam deste modo mais do que um conjunto de avatares, ou se se quiser uma *ultima ratio*, da grande lei da vida que seria a tal escassez generalizada — ou, na versão correspondente aos prolongamentos oitocentistas (darwinistas e sociais-darwinistas) destas mesmas ideias, a “luta pela vida” e a “sobrevivência (ou selecção) dos mais aptos”.

2. Em paralelo, Malthus argumentou entretanto também pela conveniência da existência de um grupo social, a elite terratenente, cujos interesses foram por ele taxativamente associados aos do próprio estado, ou interesse geral da sociedade, e cujo modo de vida consistiria precisamente no ócio e na prática do luxo (cf. particularmente 1820: 287 e segs., 308 e segs.). O grupo de procura de bens e serviços ligado a este modo de vida era pelo economista britânico associado inextrincavelmente à existência de um montante de *effectual demand* agregada necessário para a garantia do pleno emprego dos recursos, isto é, para que não se caísse em situação de sobreprodução (ou subconsumo, o que dá no mesmo) acarretando desemprego em massa e mais miséria ainda para a maioria.

O ponto crucial desta aparente duplicidade argumentativa (ameaça de escassez em simultâneo com ameaça de sobreprodução) reside na assunção por parte de Malthus da inevitabilidade e/ou da essencial bondade das desigualdades sociais, tratasse-se estritamente de poder, de prestígio e influência, ou sobretudo de riqueza. Se se pretendesse “tirar aos ricos para dar aos pobres” — note-se que a invenção do imposto directo progressivo e a correlativa proclamação constitucional de um universal “direito à existência e aos meios de a preservar” tinham ocorrido poucos anos antes na França revolucionária —, as consequência disso seriam directamente lesar os interesses da tal elite, é óbvio que sim, mas indirectamente também os do resto da população, a massa de ignorantes constitucionalmente lúbricos e propensos à violência que só pela dureza podia ser mantida na ordem, e face à qual fazia realmente todo o sentido pensar em termos de um “sofrimento redentor”: a crueza e os rigores da vida enquanto lição de temor a Deus, de dever de obediência e de moralidade, etc. (cf. 1980: 76 e segs., 135 e segs.).

Estando a maioria de população inevitavelmente imersa em miséria, a alternativa colocada às sociedades seria, assim, a de um igualitarismo que, via reprodução fisiológica desenfreada, desembocaria na miséria universal, e a duma preservação das desigualdades que, significando embora miséria para a maioria, permitia em todo o caso a salvaguarda de uma “flor”, de um “ornamento” do conjunto da sociedade numa elite, a qual deste modo se constituía também em “razão de ser”, “sentido” e “justificação” profunda daquela, em recompensa pelo seu martírio e de certo modo como seu resgate.

3. Ao longo do século XIX houve numerosíssimos movimentos quer de refutação quer de defesa das ideias de Malthus. Não se procederá aqui ao seu levantamento detalhado, evidentemente, mas é em todo o caso necessário registar pelo menos que, se as ideias malthusianas relativas à eventualidade da sobreprodução foram tendencialmente esquecidas ou subavaliadas (viriam como se sabe a ser “redescobertas” no século XX por autores como Keynes e outros, e em contextos muito diversos), já o seu pacote de raciocínios quanto ao perigo de sobrepopulação, à inevitabilidade do pauperismo, à produtividade decrescente dos solos e mesmo quanto à tendência consequente das economias para a estagnação foram no fundamental incorporadas no “núcleo duro” dos consensos da economia política daquele século. Malthus foi primeiro considerado pelos clássicos como um precursor da ideia de “estado estacionário”, e depois disso a “revolução neoclássica” recuperou-o também pelo lado da teorização do decréscimo das produtividades marginais. A própria defesa da legitimidade duma forma de rendimento como a renda dos solos (considerada um abuso por vários autores de tendência radical, alvo de sucessivas denúncias de pendor igualitarista e assunto de intermináveis querelas em torno da sua condição enquanto rendimento verdadeiramente “acrescentado” ou meramente “desviado”) foi nas suas linhas mestras incorporada e salvaguardada pela transição do esquema de raciocínio ricardiano, o do valor-trabalho, para o paradigma de Say e depois dos neoclássicos: o valor total enquanto mero somatório das remunerações dos vários “factores produtivos”, sendo estas fixadas de acordo com as respectivas (raridades e consequentes) produtividades marginais

Malthus foi, assim, consagrado como um autor “austero”, alguém capaz de reconhecer e dizer verdades decerto desagradáveis, mas ainda assim verdades. E como em ciência não é de bom tom “matar o mensageiro”, o prelado britânico acabou deste modo por tornar-se sobretudo respeitável — severo, claro que sim, talvez num ou noutro caso propenso ao exagero retórico e incorrendo porventura nos pecados do *superhavit* de sistematização e/ou do excesso de pretensões de quantificação exacta, mas ainda assim no fundamental probo, lúcido e acertado (ver, quanto a isto, Graça 2008).

4. Face a este quadro, entretanto, o final de século indica um *landslide* de apreciação naquela que é a atitude (académica e política) prevalecente. Se quisermos resumir o seu conteúdo, teremos de reconhecer que basicamente se passa de um ambiente em que o “grande medo” consiste em população a mais para um outro caracterizado por temor da possível população a menos. O perigo iminente para cuja importância os decisores políticos são alertados passa a ser o facto de a população crescer cada vez mais lentamente, sobretudo como efeito da descida das taxas de natalidade. Longe de ser saudado como parte da solução, ou pelo menos uma atenuante daquilo que antes tinha sido diagnosticado como *malaise* fundamental, esse facto passa todavia ele próprio a ser mencionado como um problema excruciante. Alguns autores são particularmente interessantes de seguir na sua trajectória intelectual, dado eles passarem claramente por uma fase “malthusiana”, transitando depois para posições que simplificarmente poderíamos designar por “anti-malthusianas”, ou mais exactamente natalistas. Ainda assim — e isso é também decerto digno de registo e de destaque —, não raro destes postulados de ordem geral completamente opostos estes autores extraem recomendações práticas que, como no célebre adágio relativo a “ser preso por ter cão e por não ter”, são virtualmente as mesmas, ou quase.

Exemplo emblemático desta trajectória intelectual é a obra do economista francês Paul Leroy-Beaulieu, a seu tempo um verdadeiro “papa” da economia académica daquele país — muitíssimo mais influente do que, por exemplo, Léon Walras ou Frédéric Bastiat o foram. Se num primeiro momento Leroy-Beaulieu acena com ameaças de teor claramente “malthusiano” no contexto sobretudo de polémicas anti-socialistas — a inevitabilidade dos salários baixos, a insensatez das reivindicações salariais “excessivas”, a lesão que a si próprios os operários assim causavam, a vantagem dum tutela esclarecida e benevolente destes pelos patrões, a qual fosse capaz de incutir neles as “boas práticas” (trabalho, poupança, frugalidade, abstinência, pontualidade, asseio, compostura, religiosidade, etc.) que só muito lentamente poderiam levar a uma melhoria efectiva da sua situação — e neste âmbito Malthus é apresentado como um Hércules de coragem intelectual pela sua alegada capacidade de dizer verdades desagradáveis (cf. particularmente 1868 e 1881), pouco a pouco o prelado de além-Mancha vai perdendo pontos no índice de cotação

intelectual do académico francês, acabando mesmo por entrar (como se diz) “no vermelho”.

Em primeiro lugar, é claro, Malthus apresenta o problema de não raro ter sido propenso a raciocinar de forma demasiado “sistémica”, ou seja, a especular em demasia, um pouco como os alvos das suas próprias críticas (os filósofos alegadamente “sistemáticos” e “geométricos” das Luzes tardias, em particular Godwin e Condorcet), e também a pretender quantificar de forma exacta sem apoio suficiente nos factos e nas estatísticas. Depois há também o senão do “pessimismo”, a aura de ave de mau agouro que, merecida ou imerecidamente, acabou por se lhe vir a colar. Ora, quanto a isso, Leroy-Beaulieu, se é pela manutenção duma postura “austera”, prefere claramente deixar uma luz de esperança no final da sua exposição. É falso, em suma, que os salários sejam inevitavelmente um mero rendimento “de subsistência”. É-o contra Malthus e os outros economistas clássicos e é-o também, claro, contra os socialistas como Marx que se tinham pretendido apoiar na economia política clássica para a virar às avessas em matéria de implicações práticas. Não é um facto que o próprio Marx reconheceria no fundamental dos raciocínios dos clássicos um núcleo de verdade que se limitara ele próprio a pretender relativizar socialmente e criticar “dialecticamente”? Escondida na tendência para o “estado estacionário” não estaria a “baixa tendencial da taxa de lucro”? Por detrás da alegada inevitabilidade dos salários como mero rendimento de subsistência não espreitava a ideia do “exército industrial de reserva”? E a própria concorrência universal, ou guerra comercial de todos contra todos, com a correlativas luta pela vida e selecção dos mais capazes, de genealogia intelectual enraizada em Hobbes-Malthus-Darwin-Galton, não traduziria ela a verdade profunda do carácter meramente animal da existência humana em capitalismo, isto é, da ainda não plena humanização do homem?

Todas estas proximidades, por paradoxais que parecessem (e pareçam), mereciam evidentemente uma *démarche* de correcção permitindo pelo contrário a afirmação de que, por via “ordeira”, pela mão da moral e da religião, uma clareira de esperança se abria no fundo dos sofrimentos dos trabalhadores manuais, massa de *malheureux* que compõem a grande maioria da população mesmo das sociedades civilizadas.

5. Desta ressalva “melhorista” e “optimista” aos raciocínios malthusianos, Leroy-Beaulieu vem entretanto, em fase posterior, a transitar para um intuito de refutação “em profundidade” dos mesmos. É o que importa agora considerar mais detalhadamente. Em traços gerais, pode dizer-se que o economista francês se dá conta da passagem no seu país de um regime demográfico correspondente a elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, mas com um saldo fisiológico claramente positivo, a um outro em que ambas aquelas taxas declinam, mas referindo-se essa tendência sobretudo à baixa da natalidade, pelo que o saldo fisiológico se avizinha assim de valores nulos.

Em face disto, Leroy-Beaulieu crê presenciar uma alteração cultural muito profunda e consistente, da qual não é de todo um simpatizante. Em comparação com países vizinhos, particularmente o Reino Unido, a Alemanha e a Itália, a sociedade francesa seria uma sociedade caracterizada desde logo por uma tendência excessiva para a partilha das heranças (a qual já é ele própria em boa medida o correlato do seu excessivo igualitarismo), mas sobretudo por uma excessiva exaltação da *joie de vivre*, pela generalização de práticas correspondentes à tendência para o gozo pleno da existência, pela difusão também dos métodos anticoncepcionais, ao que corresponderia uma perda da *antiqua virtus*, daquelas firmeza, audácia e força de carácter que caracterizam as nações vencedoras, quer no plano militar quer no económico (cf. 1900, 1908, 1913; ver também Graça 2002: 325-344).

Aliás, deve quanto a isto registrar-se que a sua obra permite o aproximar das concepções diversificadas de “virtude”, as quais ao longo da Idade Moderna tinham de forma clara evoluído da exaltação de características claramente marciais para a de outras predominantemente económicas, é certo que em parte escoradas nas primeiras — persistência, coragem, frugalidade, espírito de sacrifício, capacidade de reconhecer as oportunidades oferecidas pela Fortuna e de as aproveitar... —, mas sofrendo entretanto um processo de “civilização” e de pacificação: honestidade, respeito pela palavra dada, tendência para a crescente especificação contratual, etc. (veja-se quanto a este grupo de temáticas Hirschman 1980, Romani 2002). Com Leroy-Beaulieu, pode dizer-se, a virtude económica é de novo em parte marcializada. É por isso também que este autor, que em boa medida a si mesmo terá considerado um verdadeiro “Catão” do pensamento económico, se torna particularmente avesso à crescente intervenção económica estatal a

que assiste, a qual é na França correlativa da perda de espírito de iniciativa, da maré alta do gosto pela previsibilidade e pelas garantias, da busca excessiva da segurança... quase diríamos do “amolecimento” e da “perda de fibra” que caracterizam os covardes. Tudo isso, por outro lado, correndo em paralelo com o acentuar de tendências para a redistribuição igualitária do rendimento — em particular a difusão do imposto directo progressivo, que Leroy-Beaulieu tanto abomina e que associa directamente aos progressos do sufrágio, que se vem tornando quase universal — e de um “garantismo” também cada vez mais generalizado, com a difusão de vários esquemas de seguros associados à actividade económica, com os progressos da contratação colectiva, com a extensão absurda (e economicamente inútil, para além de moralmente perniciosa) da instrução pública gratuita e obrigatória, etc.

6. Esta mudança de opiniões em matéria económica e demográfica vem associada a uma guinada cultural significativa. Vários autores têm recentemente chamado a atenção, na análise de um facto social como o racismo, para a importância de se distinguir aquilo que é por vezes designado por “racismo transversal” do que é, por oposição chamado “racismo vertical” (cf. por todos Losurdo 2002). O primeiro está tipicamente associado às elites tradicionais, de sociedades de Antigo Regime, elites tendencialmente cosmopolitas e que sabem sobretudo distinguir-se da massa anónima, do vulgo estúpido e grosseiro. É este último, portanto, o alvo preferencial da exclusão e da exautoração dos direitos inerentes à dignidade da condição humana. Para estas elites, note-se, o patriotismo é um sentimento tendencialmente alheio e as diferenças realmente significativas são as que se reportam à posição de cada um no *ranking* social (ou nos *rankings* sociais).

Por contraste, ao longo do século XIX assiste-se por um lado à “nacionalização” das elites, enquanto por outro as massas registam uma inegável promoção no seu estatuto quanto aos diversos aspectos que possamos considerar: riqueza, prestígio e/ou aspectos políticos, com a sucessiva extensão do sufrágio. A linha de clivagem fundamental tende assim a passar a ser a correspondente ao tal “racismo vertical”, à putativa superioridade e/ou exclusividade e privilégios de um certo *ethos*. A prevalência deste tipo de

sentimentos é correlativa, pois: a) da democratização da vida nas metrópoles europeias, b) da corrida destas à constituição e consolidação de impérios coloniais.

Naturalmente, a viragem do elitismo “clássico” para os nacionalismos imperiais de base étnica não é coisa para um dia, ou processável num piscar de olhos. Mas, se se pensar por exemplo na posição de um Edmund Burke, que aos pretensos *Rights of Man* de filiação filosófica “abstracta” e pretensões universais contrapunha os *Rights of the Englishman*, alegadamente fundados numa história particular e por isso denominados “direitos históricos” e referidos a um grupo étnico determinado — ao “povo do destino”, a indómita nação inglesa, e à *uniqueness* do seu “excepcionalismo” —, podemos compreender o fundamental da tendência evolutiva em questão.

7. A isso acrescia ainda o facto de a própria expansão colonial, para além de poder servir como válvula de segurança relativamente aos problemas económicos das metrópoles, por exemplo via emigração, propiciar ainda o surto entre as massas de cada uma delas dum relação de lealdade para com as respectivas elites, servindo a paixão patriótica em grande medida como sucedâneo da paixão “classista”, desse ódio súbito aos ricos e poderosos em que a cada momento pode transmutar-se uma prática quotidiana de obediência cega e resignação — as quais todavia comportam também um elemento de acumulação de agravos e de rancores do qual só em momentos críticos os próprios parecem dar-se conta.

Quer pelo lado da possibilidade directa de evitar fazer cedências em matéria de direitos económicos e sociais, quer por esse outro mais indirecto de obter uma lenta mudança nas paixões prevalecentes do vulgo, o caminho desenha-se, para Leroy-Beaulieu, na aposta na natalidade revigorada e na expansão colonial. Dado colonizar pouco, e de forma meramente administrativa, ao contrário do que acontece com o ímpeto privado das sociedades civis das “raças anglo-saxónicas”, por exemplo, habituadas ao *self-help*, a França encontra-se assim em situação de “sequestro demográfico”, até porque a leste a Alemanha e a Itália revelam-se também elas nações jovens, viris, criativas, corajosas, empreendedoras, o que as faz a prazo ser mais populosas do que os franceses, corrompidos como se disse pela promessa de “felicidade” geral que é a mais perniciosa das mentiras dos literatos e demagogos que a têm arrastado para a democracia (o sufrágio

universal) e as suas desastrosas consequências: a intervenção económica estatal crescente, o imposto progressivo inibidor da criação de riquezas, a paixão política permanentemente exacerbada e estimuladora de quezílias e de invejas incessantes, a mania arrogante da instrução universal e sem preocupações de aplicação prática profissional, a reclamação de garantias para tudo e para nada, a esterilização subsequente do espírito de iniciativa, etc. (cf. Leroy-Beaulieu 1868, 1881, 1900, 1908, 1913; para um resumo, Graça 2002: 325-344).

8. Não é aqui o lugar para aprofundar o estudo do caso de Leroy-Beaulieu, o qual deve neste contexto ser, isso sim, considerado pelo seu valor “ideal-típico”. Com flutuações relativas aos temas da etnia e da “raça”, as suas preocupações ecoam nos teóricos da Action Française — a França como país de desenraizados e mestiços (daí precisamente a baixa natalidade), ao qual seria necessário “renacionalizar” numa base étnica com apelos aos “mitos”, a *la terre et les morts*, etc. —, mas também perpassam por exemplo a escola sociológica de Le Play, chegando aos nossos dias pela mão de Emmanuel Todd e Hervé Le Bras (1981) sob a forma de lamento acerca das alegadas instabilidade e incoerência das estruturas familiares da sociedade francesa, a qual seria por isso mesmo doentamente inclinada para os ideais relativos ao “género humano”, pela pena de Louis Dumont (1985, 1991) enquanto denúncia do igualitarismo e do universalismo patológicos dos franceses, consequência de não serem eles uma *Gemeinschaft* anterior ao Estado, mas o contrário disso, uma *Gesellschaft* sem alma e mais ou menos “frankensteiniana”, parida pelo poder político unificador e centralizador (mas fundamentalmente “exterior”) de Paris. Fora da França, e um pouco mais tarde, uma boa parte deste pacote de motivos incorpora também aquilo que na Alemanha já foi denominado *Kriegsideologie*, “ideologia da guerra” (cf. Losurdo 1998), com os seus apelos ao “sangue e solo”, ao “destino” e afins. Num registo disciplinar diverso, entretanto, os ecos de Leroy-Beaulieu ao nível da *maistream economics*, e mais ainda do “jornalismo económico”, são demasiado óbvios, demasiado nossos contemporâneos e demasiado *vox populi* para quaisquer referências a autores particulares serem necessárias.

9. E é por isso mesmo que aqui gostaria de deixar esta recensão como provocação e desafio a que se proceda a um exame mais profundo das relações entre evoluções demográficas e económicas, bem como a uma discussão do que é realmente “necessário” ou “inevitável” nestas e daquilo que, por contraste, é deixado em aberto à escolha consciente das sociedades, em particular às suas deliberações políticas.

Para Malthus, e como vimos, era uma evidência apodíctica e um incontornável “facto da natureza” que os rendimentos da imensa maioria, a população vivendo de salários, não poderiam senão ser rendimentos de subsistência. Porquê? Por causa do facto indesmentível que é a natureza animalesca da tal imensa maioria, do que resultavam reprodução potencialmente desenfreada e, face à escassez de recursos, inevitável entrada em acção dos *positive checks*.

Mas a população parece entretanto evidenciar tendências para o refrear da natalidade? Bom, se tal for conseguido da forma que propugnam Francis Place e os owenianos, isto é, através do recurso aos “artifícios” anticoncepcionais e à correlativa transformação do casamento numa mera “prostituição monogâmica” (ou, como também se escreveu, num “onanismo conjugal”), isso não resolverá os problemas, dado significar que as massas continuam a ser a imensa besta que sempre foram, submetida como sempre esteve ao império das paixões e à completa impotência da razão. Quando muito, seria nesse caso interessante pensar-se em apostar em paixões sucedâneas à mera *joie de vivre*...

Quais elas? O patriotismo étnico, escola de respeito pelas tradições dos maiores e das clássicas virtudes heróicas, talvez não seja de todo má ideia... Mas o que é necessário, entretanto, é colocar travões à mania democrática (isto é, igualitária) dum intervenção económica estatal crescente a favor dos mais fracos. A linha argumentativa será nesse caso: os salários e os direitos sociais estão impedidos de aumentar, não por natalidade “a mais”, mas, o que bem vistas as coisas dá basicamente no mesmo, por natalidade “a menos”. O dispositivo fundamental das alegações pode perfeitamente passar pela reaproximação mencionada das virtudes económicas às virtudes marciais, nomeadamente através da explícita e enfática inserção do elemento “empresarial” naquelas: os povos da *joie de vivre* são povos amolecidos (moralmente e biologicamente senis) e irão, tarde ou cedo, perder o desafio da guerra de todos contra todos à escala mundial, trate-se aqui: a)

da guerra meramente larvar que é a competição comercial, porque a expansão do comércio mundial e a abertura crescente das economias (isto é, o equivalente de há um século da nossa “globalização”) ditam a inevitável perda de competitividade das nações mais “mimadas”, esses *enfants gâtés* que são as nações do sufrágio universal, do imposto progressivo, da instrução pública e dos direitos sociais; ou b) da guerra em sentido estrito, dado estarem igualmente em curso os *great games* da expansão colonial global, fidelizadores das massas de cada país à respectiva elite através do dispositivo de imensa auto-lisonja colectiva que é o culto do “excepcionalismo” de cada “destino nacional”, e ao mesmo tempo garantia de válvula de escape para eventuais excessos demográficos (entre outras possíveis vantagens económicas).

10. Chegados a este ponto, creio haver matéria suficiente para nos irmos aproximando do núcleo dos debates nossos contemporâneos sobre demografia e direitos sociais. Raciocínios do tipo inevitabilidade de *downsizing* dos direitos sociais em virtude do défice de natalidade e do correlativo envelhecimento populacional, em paralelo com a tal de “globalização” (não *cooperação* económica global, registemo-lo, mas *competição* económica global), constituem hoje, pode dizer-se, um discurso ao qual somos expostos a toda a hora e em quase todo a lado.

Será uma linha de argumentação legítima? Bom, creio ser necessário reconhecer que tudo depende da perspectiva. Fazendo face a desafios análogos, sociedades diferentes dão-lhes respostas diversificadas e apontando não raro para subseqüentes trajetórias históricas marcadamente *path-dependent* e auto-reforçadas. Ocorre-me, quanto a isto, mencionar por exemplo o que já foi designado por “equilíbrio demográfico de Sinha-Elvin”, situação na qual, defrontando o perigo dum excedente populacional, as sociedades respondem através duma “revolução industriosa” (*industrious revolution*), a qual todavia não implica alterações tecnológicas significativas, mas apenas a intensificação e refinamento das tecnologias produtivas disponíveis, o que se traduz evidentemente num equilíbrio demográfico de nível relativamente baixo. Por oposição a este, as sociedades que experimentam uma verdadeira “revolução industrial” vêm tipicamente a sofrer todo um conjunto de mutações acarretando a possibilidade de reposição do equilíbrio demográfico a um nível diferente e muito mais elevado do que o

anterior (cf. Elvin 1984, 2008). Estamos aqui, por conseguinte, em boa medida perante um caso de “equilíbrios pontilhados” *à la* Jay Gould, mas referidos a essa muitíssimo particular variedade de sociedades animais que são as sociedades humanas.

É um exemplo entre tantos e tantos possíveis, que a ignorância temerária de um economista-sociólogo se atreve a sugerir a um areópago decerto mais esclarecido do que ele em matérias de demografia. Ainda assim, tal permite desde logo sublinhar um aspecto que nos nossos dias se vai tornando cada vez mais importante e digno de destaque: *there is more than one way*, é falso que só haja uma evolução possível no futuro de cada sociedade, as trajectórias históricas dependem em boa medida das escolhas feitas, conscientes ou não, “boas” ou “más”, e sobretudo a verdade de cada tese acerca da vida social é na maior parte dos casos uma verdade fundamentalmente “performativa”, isto é, dependente do efeito de persuasão e convicção que os argumentos (e os “mitos”) tenham sobre os agentes, os quais se tornam assim em realizadores das suas próprias profecias, individuais e colectivas.

11. Expliquemo-nos melhor, com um exemplo retirado das discussões actuais sobre a “globalização”. Não é verdade que, conforme tantas e tantas vezes nos garantem através de doutrinação omnipresente e até à náusea, o aumento da importância relativa do comércio mundial induz “necessariamente” uma descida da importância relativa dos salários e, por via das restrições impostas à percepção de impostos, também do peso relativo dos estados nas economias, nomeadamente no respeitante aos aspectos *welfaristas* dos mesmos? “Globalização” e alegada inutilidade das actuações governamentais significam, assim, iniludíveis restrições aos direitos sociais, para além de acarretarem um esvaziamento de toda a dimensão realmente substantiva do debate político, uma vez que o futuro das sociedades não está, assim se diz, verdadeiramente nas mãos dos cidadãos destas, residindo antes na cega lógica de funcionamento do “mercado”.

Se se considerar este grupo de assuntos com um pouco mais de atenção, entretanto, rapidamente verificamos um certo número de aspectos marcadamente dissonantes relativamente a esta narrativa. Em primeiro lugar, o peso relativo do comércio mundial (Imp. + Exp.) por referência ao produto mundial não subiu de forma

continuada ao longo de século XX, antes decresceu primeiro acentuadamente, para voltar a atingir os valores de 1914 já só em plena década de 1990. Em segundo lugar, mesmo a inegável subida desde então observada fica no fundamental a dever-se a comércio intra-regional, isto é, interno a organizações com a UE, o MERCOSUR e afins. Se esta última variedade for abatida aos números globais, isto é, se por exemplo o comércio entre a França e a Bélgica, ou entre a Argentina e o Uruguai, passar a ser considerado um comércio interno, então o que se observa é um claro fechamento das economias. Pelo que a *big picture* da evolução secular nesta matéria não corresponde de facto à globalização (ou mundialização), mas à regionalização — e em particular, garantem alguns (cf. passim Neil Fligstein 2000) à “europeização”. E isto, no fundamental, porque o comércio, para ser uma actividade continuada, pressupondo fiabilidade e vantagens realmente mútuas, acarreta a existência de regulação jurídica e política, como aquela que, precisamente, estas organizações fornecem. O comércio, em suma, mesmo o comércio internacional, tem de estar jurídica e politicamente *emdedded*, “incrustado”, sob pena de se tender a tornar uma actividade de vantagens unilaterais, meramente oportunista, propensa à pilhagem e à pirataria mais ou menos encapotadas ou declaradas. (O que sucede com os mais “epidérmicos” ou meramente especulativos movimentos de capitais é evidentemente toda uma outra história; quanto a isto, cf. Wade 2006 e 2008).

Em terceiro lugar, o peso relativo do estado na economia tem, ele sim, tendido a crescer ao longo das décadas e dos séculos de forma mais ou menos continuada — já Adam Smith regista aliás esse facto n’*A Riqueza das Nações*, mas contentando-se em considerá-lo como um paradoxo. Em termos gerais, pode dizer-se que a *mainstream economics* tende a desvalorizar o papel das “externalidades positivas” associadas à actuação estatal, as quais são todavia absolutamente cruciais para a compreensão dos processos de crescimento e desenvolvimento económicos. À medida que as sociedades se desenvolvem e complexificam, o peso relativo das funções que tendencialmente só os poderes públicos podem fornecer não diminui, bem antes pelo contrário. O consequente crescimento do PIB, entretanto, permite punções fiscais absoluta e comparativamente crescentes (era o facto que Smith registava, não reconhecendo todavia a sua contrapartida), as quais sustentam intervenções públicas ainda maiores em períodos subsequentes — e assim sucessivamente, em regime de “espiral fiscal ascendente”, ou de

“ciclo virtuoso”, quer em termos de fiscalidade pública quer em termos económicos gerais. Pelo contrário, as sociedades com bloqueios nos seus processos de desenvolvimento caem tipicamente em “espirais descendentes”, ou em “ciclos viciosos”, em que as dificuldades de obtenção de receitas levam os poderes públicos à retirada da economia, conduzindo essas medidas a um efeito de “multiplicador negativo” sobre o ritmo de (de)crescimento económico — e de novo assim sucessivamente, mas agora antes pelo contrário.

12. E em termos de evolução dos salários? Bom, parece quanto a isto poder falar-se duma evolução marcadamente em paralelo com a do peso do estado. Tal como é falso que as economias mais pobres constituam no fundamental uma ameaça para as mais desenvolvidas pelo lado do menor peso da fiscalidade — os impostos são mais pesados absoluta e relativamente na Suécia do que em Portugal, e em Portugal do que em Moçambique, mas apesar disso *ou precisamente por isso* a Suécia tem um meio ambiente para os negócios muito melhor do que de português, e este do que o moçambicano (negócios com perspectiva continuada, entenda-se, que não meras negociatas oportunistas) —, assim também é basicamente falso que os salários arripantemente baixos de Moçambique constituam uma ameaça para o emprego dos portugueses, ou que o relativo estoicismo deste últimos chegue para os tornar, do ponto de vista das decisões racionais de investimento, uma alternativa válida aos suecos, decerto que muito mais exigentes em matéria de “regalias” e de “privilégios” laborais... mas também muito mais sofisticados em formação académica, mais inteligentes, mais fiáveis, mais efectivamente comprometidos com a profissão, etc.

Mas há mais. Tal como o peso relativo da intervenção do estado indica uma ordem decrescente Suécia-Portugal-Moçambique, assim também o peso relativo dos salários (e não apenas o valor absoluto ou em “paridade de poder compra” dos mesmos) corresponde ao mesmo ordenamento. Em geral, acrescentemos ainda, o índice de Gini da distribuição dos rendimentos tem a ordem exactamente inversa, o que confirma a tendência identificada. As sociedades mais desenvolvidas são, em suma, menos tolerantes em matéria de desigualdades sociais, isto é, tendencialmente mais inclinadas para o igualitarismo. As menos desenvolvidas, sociedades correspondentes ao tipo ideal do

modelo *lords-and-peasants*, são pelo contrário mais supersticiosamente inclinadas para o respeito pelas hierarquias e por isso mais temerosas em matéria de reivindicações redistributivas.

Este grupo de factos combina-se com outros, de ordem eminentemente cultural ou “institucional”. Sociedades com PIB per capita bastante próximos podem por vezes diferir de forma significativa quanto a níveis salariais e formas de distribuição do rendimento. Era o que se verificava há alguns anos, por exemplo, no confronto da situação de Portugal com a da Grécia: PIB per capita quase igual, mas salário médio consideravelmente mais elevado entre os gregos, com um índice de Gini na repartição do rendimento correspondentemente mais baixo. Os portugueses são, digamos, um pouco os “brasileiros” da Europa em matéria de tolerância face às desigualdades. Só isto já chegaria, claro, para contestar a ideia duma relação “necessária” entre aspectos diferentes da vida em sociedade: porque não fugiria então o capital grego para cá, ou porque não emigraríamos nós para a Grécia, até que a escassez relativa dos factores produtivos, as respectivas produtividades marginais e remunerações unitárias ficassem iguais? Mas o que é mais curioso é que as repercussões susceptíveis de serem percebidas, e logo a médio prazo, são exactamente as contrárias das sugeridas pelo modelo do “jornalismo económico”: a Grécia descolou entretanto em PIB per capita, convergindo com a média europeia, Portugal atrasou-se, afastando-se daquela. De permeio, fomos assistindo à tal retirada do estado (“austeridade”, combate ao défice, contenção das despesas, “consolidação das finanças públicas”), exaltada por um coro de quase unanimidade em matéria de acesso aos grandes meios, mas indutor, segundo todas as evidências disponíveis, duma travagem do crescimento económico, e por isso de dificuldades crescentes na percepção dos impostos, e assim da necessidade de “sacrifícios” subsequentes ainda maiores, etc.

13. A preservação e mesmo acentuação desta diversidade de trajectórias (em vez da tal “inevitável” convergência) corresponde em parte ao facto de nas economias dos diversos países o sector dos serviços, o qual não é pois susceptível de comercialização à distância, tender a aumentar em importância relativa. Ao contrário do que se passa, por exemplo, com a produção de têxteis, a enfermeira chinesa pode bem ganhar muito menos

do que a portuguesa: visto que nós temos de ser tratados aqui, essa discrepância salarial pouca ou nenhuma influência exerce sobre os níveis salariais na nossa enfermagem (ver quanto a isto, p. ex., Lind 2005).

Como se compreende, este é precisamente o ponto em que o debate sobre evoluções salariais e “globalização” entronca na problemática das políticas de migrações. De forma resumida, destacarei que, se houver a segurança da cidadania plena para os imigrantes de cada país, há também a garantia de que o seu afluxo não terá um efeito de *race to the bottom* dos salários respectivos. Senão não. O nível de qualificação dos referidos imigrantes é uma outra variável importante a considerar. Se se tratar predominantemente de *unskilled labour*, existe a possibilidade duma “segmentação de mercado” que preserve pelo menos o nível dos salários da parte academicamente qualificada da *citizenry*. Se, entretanto, os metecos tiverem em geral um nível academicamente elevado, nem mesmo isso.

Estes factos devem ser pensados levando-se igualmente em consideração o carácter também ele potencialmente divergente das estratégias dos empregadores. Já tem sido notado que nas sociedades escravagistas os proprietários de escravos defrontam aquilo que pode ser considerado como um “dilema do prisioneiro” no respeitante à intensidade de utilização daqueles. Embora seja mais vantajoso a prazo fazê-lo de forma moderada, permitindo uma esperança média de vida razoável da parte dos escravos, bem como a reprodução fisiológica dos mesmos correspondente pelo menos à manutenção do seu número, a verdade é que a pesquisa historiográfica aponta evidências que sugerem a prática maciça do contrário, o que aliás terá estado na origem da necessidade permanente de repor o *stock* de mão-de-obra escrava, fosse através de sucessivas guerras de conquista (antiguidade clássica), fosse através do tráfico intercontinental (escravatura das Américas na idade moderna). Em suma, seria vantajoso para cada proprietário ser moderado, sim... mas só se houvesse a garantia de que os outros também eram de algum modo “mantidos na linha”, dado que a prática de abusos produz com facilidade possibilidades de vantagens no curto prazo através do *dumping*. Deste modo, a trajetória das sociedades escravagistas terá, em termos económicos, ficado associada a alguma forma de “equilíbrio de Nash”, havendo tentativas recorrentes, sim, de obter um equilíbrio

(demográfico e económico) de nível superior, mas sendo elas sistematicamente votadas ao fracasso (quanto a este grupo de assuntos, ver Anderson 1982, Finley 1986).

Agora bem, se pensarmos no que foi a política britânica nesta matéria ao longo do século XIX, obteremos informação bem interessante e sugestiva. Até determinada altura, o Reino Unido, para além de ser ele próprio beneficiário directo do recurso à escravatura, foi por outro lado o principal praticante do respectivo tráfico, depois de ter retirado à Espanha esse monopólio. Na viragem dos séculos XVIII/XIX, aliás, os britânicos são os representantes *par excellence* da preservação do tráfico, contra as tendências francesas de supressão daquele, ou mesmo, em versão jacobina e “terrorista”, de abolição pura e simples do próprio instituto da escravatura (cf. Gauthier 2006a, 2006b; para uma perspectiva algo mais céptica quanto às motivações francesas, ver também Blackburn 2008). Durante o século XIX, entretanto, e face à subida do tom das campanhas abolicionistas, o Reino Unido, anteriormente o principal praticante e beneficiário do tráfico, abandona-o e, acto contínuo, torna-se um intransigente defensor da sua proibição universal (tendo aliás chegado a intervir directamente contra interesses portugueses nesta matéria). É difícil, obviamente, não ver nesta conduta sugestões do padrão correspondente à máxima “se não é para mim, então...” O mais importante aqui, entretanto, não é a discussão das profundezas morais (ou ausência delas) na conversão ao abolicionismo. Trata-se antes de registar a viabilidade real de combate efectivo a uma versão extrema de “dumping social”, mas também a existência de consequências muito efectivas das mudanças operadas na opinião pública e, sobretudo, a possibilidade de guinadas drásticas nas condutas dos agentes, as quais são em certas circunstâncias susceptíveis elas próprias de “efeitos em cascata” — o abolicionismo britânico veio a desembocar, como se sabe, no abolicionismo universal.

14. Registado o carácter complexo e múltiplo das relações de causalidade nestas matérias, bem como os efeitos de reforço de eventuais trajectórias históricas divergentes, é importante chamar a atenção para um certo número de problemas que contribuem para tornar nebuloso (e quanto a alguns aspectos preocupante) o cenário de possíveis evoluções económicas e demográficas. O primeiro deles, já antes aludido, refere-se ao facto de, na sequência de um conjunto relativamente vasto de matéria factual

que não é aqui o lugar para discutir, estar hoje colocada em perigo a “segmentação de mercado” que protegia até algum tempo vários sectores laborais das sociedades receptoras de imigrantes. Como é do conhecimento geral, e reportando-me ao caso português, se é verdade que os imigrantes “tradicionais” (africanos e, em menor grau, brasileiros) eram sistematicamente menos qualificados academicamente que a média da população, já o contrário se passa com os imigrantes dos países do leste da Europa. Provenientes de sociedades em que a *shock therapy* associada à “transição para o mercado” produziu um enorme colapso civilizacional (disparar em flecha da mortalidade infantil, queda brusca da esperança média de vida, etc.), estes imigrantes mantêm ainda assim um perfil de qualificação média em termos académicos claramente superior ao observável em Portugal, tendendo portanto a funcionar como “exército de reserva” que deverá contribuir para manter baixos os salários mesmo dos segmentos mais qualificados, a menos que, via absorção rápida pela *citizenry*, o seu próprio nível de expectativas e de exigências se eleve rapidamente.

Algo de análogo se passa em matéria de “deslocalizações” industriais para o leste europeu, as quais beneficiaram de condições antes inexistentes para os investidores, com a simultaneidade, pelo menos momentânea, de trabalho academicamente qualificado e pouco exigente em matéria salarial. Também quanto a isto, o facto de a “transição para o mercado” destas sociedades ter sido obtida não através duma convergência “no topo” (isto é, a sua possível “escandinavização”), mas através duma confluência “na base” (ou seja, a sua efectiva “sul-americanização”), terá determinado um enorme efeito de pressão para a baixa nos níveis salariais nas sociedades a ocidente, influenciando igualmente a respectiva distribuição de rendimentos no sentido do aumento correspondente dos índices de Gini.

Mais curioso ainda, de um ponto de vista analítico, é porventura o facto de ter sido assim possível produzir um ambiente social que constitui uma espécie de “paraíso dos empregadores”, e em que modalidade isso pôde (e pode) operar. Se antes aqueles enfrentavam também eles uma variedade de “dilema do prisioneiro”, com alternativas entre mão-de-obra menos qualificada, mas mais barata, e maior qualificação acompanhada de maiores níveis salariais, agora, para além de se ter tornado possível, do ponto de vista daqueles, obter momentaneamente “o melhor de dois mundos”, abrem-se

perspectivas de resolução em permanência dos problemas da sustentabilidade de tal situação “ótima”. De facto, esta induz compreensivelmente, caso se verifique, uma diminuição da necessidade de manutenção dum esforço de formação académica, dado que o trabalho qualificado pode ser sistematicamente importado de sociedades com populações menos reivindicativas, evitando-se assim os inconvenientes associados à *citizenry* académicamente mais qualificada, a qual é, como se sabe pelo menos desde Leroy-Beaulieu, um grupo social tendencialmente “mimado” em excesso.

15. E assim se chega ao que é, talvez, um dos aspectos mais desconcertantes e aparentemente paradoxais da situação actual em matéria de fluxos migratórios. As sociedades mais pobres, para além de estarem numa situação em que é maior a “tentação” de aposta no perfil de salários baixos e mão-de-obra desqualificada, são também sociedades exportadoras da mão-de-obra mais qualificada que chegam a produzir. Como se sabe, Portugal, que é um país com menos engenheiros por mil pessoas do que a média da União Europeia, é entretanto também um país onde existe a percepção de que temos engenheiros a mais... e canalizadores a menos. Em parte, é verdade, tal resulta de aspectos eminentemente culturais (está muito bem fazer-se vida como canalizador, é claro, mas é melhor que sejam os filhos dos outros e dedicar-se a isso, que não os meus), mas também há nisso uma parte de facticidade, embora apenas performativa: nas sociedades mais pobre *há realmente menos necessidade de engenheiros* que nas mais ricas, dado que o desenvolvimento económico tende a produzir as necessidades sociais correspondentes à “oferta” que ele próprio gera.

Deste modo, o estudante que conclui a licenciatura e até pretendia na verdade empregar-se, continua a estudar para mestrado e segue depois para doutoramento, se os pais, a FCT ou outra a graça de qualquer outra instituição lho permitir. Havendo bolsa que permita o doutoramento e continuando a não haver emprego correspondente, bom... segue-se para pós-doutoramento no estrangeiro, com financiamento público e/ou privado português. E finalmente (finalmente!), a haver emprego compatível, isso será talvez nos EUA, no RU... — em suma, eis que uma sociedade mais pobre, a portuguesa, financiou a formação de mão-de-obra qualificadíssima, comparativamente pouco exigente (porque sabe bem o que é ameaça iminente de desemprego até muito tarde no ciclo de vida) e da

qual tirarão partido sociedades mais ricas, sobretudo os respectivos empregadores. Se se pensar na quantidade não apenas de portugueses no EUA, França, RU, Alemanha, mas sobretudo de indianos e malaios no sistema de saúde britânico, ou mesmo de brasileiros na vida académica em Portugal, depressa se compreenderá o nível de ramificações deste fenómeno, equivalente a uma enormíssima punção fiscal regressiva à escala mundial (não um “efeito Robin Hood”, digamos, mas um “efeito Xerife de Nottingham”), que consiste em serem os países relativamente pobres a suportarem as despesas de qualificação do trabalho das sociedades mais ricas.

16. O texto já vai extenso e disperso, e dou-me agora conta de que a “reescapagem” para a discussão de Malthus e dos seus críticos não é talvez muito óbvia. Sublinharei, à guisa de aproximação das alegações finais, que: a) as relações entre dimensões económicas, culturais e demográficas da vida das sociedades não são unívocas; b) essas relações compreendem vários aspectos de “propiciamento recíproco”, mas talvez nenhuma verdadeira causalidade necessária; c) essas quase-causalidades são frequentemente de natureza “circular cumulativa”, isto é, podem estar associadas a efeitos de cascata, e por isso também à eventualidade de evoluções marcadamente divergentes (com um sistema, talvez, de “equilíbrios pontilhados”, sendo frequentemente inviáveis soluções intermédias); d) as retóricas que acompanham os factos são por vezes marcadamente incoerentes do ponto de vista lógico, como acontecia com a argumentação de Leroy-Beaulieu a respeito da população “a mais” e “a menos” e das alegadas repercussões disso na evolução económica e no nível dos salários, mas o efeito de doutrinação das mesmas não é desprezível, dada a componente performativa (ou de “profecia auto-realizada”) que acompanha tantos aspectos da nossa vida em sociedade; e) em virtude de tudo o que ficou exposto, existe a grande conclusão a retirar de que *there is more than one way*, de que vários futuros possíveis se abrem às sociedades e de que o debate e a decisão políticos, em suma, a autodeterminação consciente colectiva das sociedades, são, ou pelo menos *podem e devem ser*, um aspecto nada despreciando das nossas existências.

17. Permita-se-me que conclua com um exemplo retirado de debates demográficos envolvendo de perto Malthus e os seus críticos. Em meados do século XVIII, o economista francês Richard Cantillon, especulando acerca das relações entre abundância de víveres e abundância de homens, concluía pelo carácter directo e de sentido único daquelas, acrescentando que isso fazia fundamentalmente ineficazes as tradicionais medidas “mercantilistas” visando fomentar a natalidade. Aliás, até mesmo guerras e epidemias se tornavam basicamente irrelevantes, dado que os homens se reproduzem através duma *virtus generativa* que torna a sua situação fundamentalmente análoga à de “ratos numa quinta”: desde que existam víveres, aparecerão homens. O comentário de príncipe de Condé face ao açougue da batalha de Senef, *une nuit de Paris remplacera cela*, seria pois basicamente acertado enquanto “axioma político”.

A tradição intelectual francesa, via Victor Mirabeau e fisiocracia, manteve depois esta linha de argumentação, da qual já só Jean-Baptiste Say se viria a afastar em princípios de oitocentos, condenando Condé por crueldade e acrescentado, quase inadvertidamente e apenas *en passant*, que para além de tudo o mais o príncipe estava essencialmente errado, dado que um recém-nascido está muito longe de substituir um homem de vinte anos, levados em conta os gastos sociais com a criação deste que se perdem quando ele morre. Ainda assim, defendendo esta ideia de causalidade população → subsistências, a par da mais tradicional de subsistências → população, Say declarava subscrever o fundamental das ideias de Malthus, não reconhecendo que, tratando-se duma causalidade circular, o núcleo do raciocínio malthusiano deveria pois, *ter de ser* revisto ou posto de parte. Para cúmulo das suas incoerências, sustentava também Say que os progressos da medicina eram decerto muito interessantes enquanto contributo para o *adoucisement des moeurs*, mas essencialmente irrelevantes em matéria de dinâmicas demográficas, dada a tal dependência unilateral da população relativamente aos víveres (cf. Say 1972: 431-5; ver também quanto a isto Graça 2008).

Com motivações fundamentalmente filantrópicas e racionalistas, entretanto, representantes do iluminismo tardio como Condorcet e Godwin afastaram-se radicalmente das ideias de Malthus (ou Malthus deles), sustentando a possibilidade e conveniência de passagem de um modelo de sociedade caracterizado por elevadas taxas quer de natalidade quer de mortalidade a um outro em que aqueles valores sofreriam uma

compressão indefinida (“tendendo para zero”), com extensão correlativa da esperança média de vida (“tendendo para infinito”). A população total poderia entretanto manter-se mais ou menos constante, melhorando também indefinidamente o nível de riqueza e de satisfação, individual e social ou “agregado” (cf., quanto a este assunto, Chonaiil 2007).

Pensa-se nisto e no que foi o modelo de alteração dos padrões demográficos que ficou historicamente associado àquilo a que chamamos “desenvolvimento” (cf. por todos Notestein 1945), e é difícil não reconhecer em Godwin e em Condorcet, para além de filantropos, pensadores verdadeiramente visionários... até que o “jornalismo económico” quotidiano nos chama de novo ao terra-a-terra do quotidiano, esforçando-se com denodo por nos explicar como o aumento da esperança média de vida acarreta o crescimento dos custos a suportar pela segurança social, o que faz as taxas dos respectivos descontos e os impostos subir, o que num contexto de “globalização” se torna insustentável, pelo que se torna necessário cortar nas “regalias” em matéria de saúde e de segurança social, etc., etc.

Mas será assim mesmo? A pessoa que hoje se aposenta aos sessenta e tais e depois vive ainda um bom número de anos, sofrendo decerto das maleitas correspondentes à idade, mas sendo mantida com uma qualidade de vida razoável graças aos progressos da medicina e à universalização do acesso aos sistemas públicos de saúde e de segurança social (desenvolvimento enquanto direito universal a uma vida longa e saudável, à maneira da célebre definição de Amartya Sen), representa inegavelmente um custo, um fardo para a segurança social e/ou os impostos. Mas não será esse um custo bem menor do que o que acarretariam, por exemplo, vagas sucessivas de crianças que percessem sem chegarem a ser adultos produtivos, como acontece nas sociedades mais pobres? E não falamos nós também, hoje em dia, dos custos que representa para os sistemas de saúde a existência de doenças como por exemplo o enfarte do miocárdio ou o cancro de pulmão, que tantas vidas ceifam aos quarenta ou cinquenta e tais, pensando-se nesse caso no número de horas de trabalho perdidas, nos custos com as hospitalizações, com a recuperação e afins? Mas nesse caso, em boa verdade, não defrontamos outra vez uma clara duplicidade argumentativa? A pessoa que morre de ataque de coração aos cinquenta e cinco representa realmente um custo pelos anos que deixou de trabalhar... ou antes um ganho pelas aposentações que desta forma se poupou? Talvez se possa até, com

boa vontade, determinar um ponto óptimo nesta matéria... O que decerto não serve é ficar-se dependente de tratamentos comparticipados, trabalhando menos...

Bom, como a minha aposta aqui não é o sarcasmo, limitar-me-ei a remeter, quanto a isto, para o célebre poema de Jorge de Sena (1989: 192): “...irmãos humanos, se estourais / estourai por uma vez aliviando / quem vos quer ou não quer por uma vez”. Ou talvez recordando a solução alvitrada para este tipo de problemas por Aldous Huxley em *O Admirável Mundo Novo*...

O que me interessa é, mais uma vez, destacar a subreptícia guinada no registo, a duplicidade argumentativa, o “ser preso por morrer e por não morrer”, digamos (bem como por ter filhos a mais e por não os ter), em que, havendo vontade de “provar” a necessidade de contenção dos gastos e o *downsizing* correspondente dos sistemas públicos de saúde e de segurança social (e a correlativa redução generalizada de direitos sociais), tudo serve como argumento para tal.

As relações entre políticas públicas e dinâmicas demográficas, concludo, são muitíssimo mais vastas, complexas, ambivalentes — e deixando bem maior margem real para a escolha consciente, logo para o verdadeiro debate político democrático, do que esse quadro mental sugere ou propõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry (1982), *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, Porto, Edições Afrontamento.

BLACKBURN, Robin (2008), “The Philosopher and his Blacks”, *New Left Review*, 52, July-August, pp. 127-137; recensão a *Dark Side of the Light: Slavery and the French Enlightenment*, de Louis Sala-Molins.

CHONAILL, Siobhan Ni (2007), “«Why May Not Man One Day Be Immortal?»: Population, Perfectibility and the Immortality Question in Godwin’s *Political Justice*”, *History of European Ideas*, 33, pp. 25-39.

DUMONT, Louis (1985), *Homo Aequalis I, Genèse et Épanouissement de l’Idéologie Économique*, Paris, Éditions Gallimard.

IDEM (1991), *Homo Aequalis II, L’Idéologie Allemande, France-Allemagne et Retour*, Paris, Éditions Gallimard.

ELVIN, Mark (1984), “Why China Failed to Create an Endogenous Industrial Capitalism”, *Theory and Society*, 13 (3), May, pp. 379-391.

IDEM (2008), “The Historian as Haruspex”, *New Left Review*, 52, July-August, pp. 83-109.

FINLEY, Moses I. (1986), *A Economia Antiga*, Porto, Edições Afrontamento.

FLIGSTEIN, Neil (2000), *Globalization or Europeanization: Evidence on the European Economy Since 1980*, Center for Culture, Organizations and Politics, University of California, Berkeley, w-p site <http://repositories.cdlib.org/iir/ccop/wps-2000-04>

GAUTHIER, Florence (2006a), [1793-94 : La Révolution abolit l'esclavage. 1802 : Bonaparte rétablit l'esclavage](http://revolution-francaise.net/), site <http://revolution-francaise.net/>, Abril de 2006.

IDEM (2006b), [Critique du concept de "révolution bourgeoise" appliqué aux Révolutions des droits de l'homme et du citoyen du XVIIIe siècle](http://revolution-francaise.net/), site <http://revolution-francaise.net/>, Maio de 2006.

GRAÇA, João Carlos (2002), *As Ideias Económicas e Sociais de José Frederico Laranjo*, dissertação de doutoramento em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (mimeografado).

IDEM (2008), “Recepções de Malthus no Portugal de Oitocentos”, *Ler História - Revista de História e Ciências Sociais*, 54, pp. 163-199.

HIRSCHMAN, Albert (1980), *Les Passions et les Intérêts*, Paris, Presses Universitaires de France.

LE BRAS, Hervé e TODD, Emmanuel (1981), *L’Invention de la France*, Paris, Pluriel.

LEROY-BEAULIEU, Paul (1868), *De l’État Moral et Intellectuel des Populations Ouvrières et de son Influence sur le Taux de Salaires*, Paris, Guillaumin et Cie.

IDEM (1881), *Essai sur la Répartition des Richesses et sur la Tendance à une Moindre Inégalité des Conditions*, Paris, Guillaumin et Cie.

IDEM (1900), *L’État Moderne et ses Fonctions*, Paris, Félix Alcan.

IDEM (1908), *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*, Paris, Félix Alcan.

IDEM (1913), *La Question de la Population*, Paris, Félix Alcan, 4 vols.

LIND, Michael (2005), *Explode the Myths of Global Competition*, The Financial Times, 27 de Julho de 2005, site http://www.newamerica.net/people/michael_lind

LOSURDO, Domenico (1998), *Heidegger et l’Idéologie de la Guerre*, Paris, Presses Universitaires de France.

IDEM (2002), *Nietzsche, il Ribelle Aristocratico – Biografia Intellettuale e Bilancio Critico*, Turim, Bollati Boringhieri.

MALTHUS, Thomas Robert (1820), *Principes d’Économie Politique, Considérés sous le Rapport de leur Application Pratique*, Paris, J.-P. Aillaud, Libraire.

IDEM, *Ensaio sobre o Princípio da População* (1980 [1798]), Lisboa, Publicações Europa-América.

NOTESTEIN, Frank W. (1945), “Population - The Long View”, in SHULTZ, Theodor W., ed., *Food for the World*, Chicago, Chicago University Press.

ROMANI, Roberto (2002), *National Character and Public Spirit in Britain and France, 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.

SAY, Jean Baptiste (1972 [1803]), *Traité d'Économie Politique*, Paris, Calmann-Lévy.

SENA, Jorge de (1989), “Aviso a Cardíacos e Outras Pessoas Atacadas de Semelhantes Males”, in *40 Anos de Servidão*, Lisboa, Edições 70, pp. 191-2.

WADE, Robert (2006), “Choking the South”, *New Left Review*, 38, March-April, pp. 115-127.

IDEM (2008), “Financial Regime Change?”, *New Left Review*, 53, September-October, pp. 5-21.